

Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias
10 de junho de 2019 - Nº 665 - www.sindipetrocaxias.org.br

FUP CUT



PETROLEIROS REJEITAM CONTRAPROPOSTA DA PETROBRÁS

RESULTADO DAS ASSEMBLEIAS:

Votantes	Total Geral					
	REJEIÇÃO ACT			GREVE DIA 14		
603	Sim	Não	Abst	Sim	Não	Abst
	596	4	3	574	4	27
	98,8%	0,7%	0,50%	94,9%	0,7%	4,5%

Os petroleiros e petroleiras que participaram das assembleias realizadas entre os dias 30 de maio a 6 de junho em todas as bases do Sindipetro Caxias, rejeitaram quase que por unanimidade a contraproposta da Petrobrás de Acordo Coletivo de Trabalho e aprovaram a participação da categoria na Greve Geral de 14 de junho.

Esta contraproposta rebaixa o atual ACT e retira muitos direitos dos trabalhadores do Sistema Petrobrás, além de tentar acabar com a representatividade dos sindicatos. A proposta da FUP é de nenhum direito a menos. E iremos brigar por nosso Acordo, que levamos anos e muito sangue e suor para conquistá-lo. **Todos à greve!**

Alguns dos principais ataques:
1 – HORAS EXTRAS

Redução do acréscimo das horas extras à metade – dos atuais 100% passariam a ser 50%, inclusive para os casos do extraturno (dobradinhas – atuais cláusulas 11, 12, e 13). Fim da hora extra troca de turno (minutex – atual cl. 14). fim das horas extras de parada e partida de produção (atual cl. 11, § 7º).

2 – RMNR

Quitação (redução a zero) do passivo das ações de RMNR (cl.15, § 3º, da contraproposta).

3 – AMS

Aumento de nosso custeio na AMS. Passaríamos a pagar 50% do custo em 2022, já aumentando para 35%, ano que vem.



4 – DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

Fim do Mobiliza e retirada dos capítulos iv (“da segurança no emprego”), e v (“planejamento, recrutamento, seleção e movimentação de pessoal”) – acabaria com todas as proteções contra despedidas arbitrárias, e contra despedidas por inovações tecnológicas, mudanças organizacionais, e vendas de ativos.

5 – HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

Fim da obrigação de homologação da rescisão no sindicato (atual cl. 48) – o que é ainda mais grave ante as regras do PDV, que dão quitação geral de



qualquer direito trabalhista não pago.

6 – ATAQUE AOS SINDICATOS

Fim da liberação de dirigentes com ônus para a Petrobrás e fim do desconto em folha das contribuições sindicais.

7 – PAGAMENTOS

Fim da antecipação do 13º em fevereiro, ou nas férias (atual cláusula 2ª).



8 – SALÁRIOS

Congela a tabela salarial. Reduz gratificação de férias para 1/3.

9 – DIA DE DESEMBARQUE E INTRAMUROS

Acaba com a preservação de acordos regionais como Dia de Desembarque e Intramuros em Imbetiba.

10 – VIGÊNCIA

Reduz para um ano.

Entenda porquê querem trocar as tabelas do Regime de Turno Ininterrupto de Revezamento

Os gerentes da Petrobrás fizeram reuniões com os trabalhadores das Refinarias, para anunciar que a atual tabela de turno não atende a legislação e está criando um passivo trabalhista calculado pelo jurídico em

torno de R\$ 5 bilhões.

Este passivo decorre do fato de haver na tabela sequências de 4 dias e ter folga de 24 horas sem a soma de 11 horas, referente ao intervalo mínimo.

Foi falado, também, que não haverá indenização do passivo, que o Sindicato não participará das negociações e que haverá 3 tabelas onde os trabalhadores poderão escolher, sendo a mais votada, a implantada.

Não vote em nada, isto é uma armadilha

A gerência está disponibilizando aos trabalhadores 3 tipos de tabela de Turno, denominada A, B e C. Todas feitas pelos gerentes a fim de não ter a 4ª jornada e nem folga inferior a 35 horas. O Sindicato não concorda com o método, pois quem organiza a categoria é o Sindicato, como foi em 1992 quando conquistamos a nossa tabela.

Os trabalhadores do turno até 1988, trabalhavam com 4 grupos em regime de 8 horas, sendo a relação 3x1 (três

dias trabalhados com um dia de folga) conforme a lei 5811/72.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, veio o turno de 6 horas. O Sindicato não negociou a continuidade de turno de 8 horas, então a empresa teve que criar o turno de 6 horas e implantar a Quinta Turma. Mas ainda assim, este regime era ruim, pois só rodava bem com a sexta turma, que não veio. Então, em 1992, a direção do Sindipetro Caxias organiza um plebiscito para discutir uma nova

tabela de turno. Foram colocadas para a categoria 12 opções de tabelas, que foram votadas e uma foi aprovada pelos trabalhadores e é aplicada até os dias de hoje. Agora, passam a ter 5 grupos de 8 horas, com a relação 3x2 conquistada por ACT.

Foi a nossa luta que conquistou a Quinta Turma, as folgas e o intervalo mínimo de 11 horas intrajornadas. Nossa luta é manter o que já conquistamos, por isso não participe de nenhuma campanha da Petrobrás.

Petroleiros aderem à greve geral do dia 14 de junho

Após manifestações massivas do #15M e #30M (15 e 30 de maio), trabalhadores e trabalhadoras vão entrar em greve geral contra a Reforma da Previdência, no dia 14 de junho. Aprovado em assembleia pelos trabalhadores de todos os sindicatos da FUP, os petroleiros também irão aderir ao movimento nacional.

Movimentos sociais, populares e estudantis farão a paralisação contra o desmonte de políticas públicas promovido pelo governo Bolsonaro e contra retrocessos na aposentadoria.

Além dos petroleiros, diversos setores irão aderir à greve. Servidores municipais e estaduais, professores, bancários, metalúrgicos, químicos, trabalhadores do saneamento, do

vestuário, da saúde, metroviários e outros setores do transporte, jornalistas, radialistas e comerciários estarão lado a lado com os petroleiros em defesa da previdência pública.

Nas bases do Sindipetro Caxias, os trabalhadores além de aprovar a participação no dia 14, aprovaram estado de assembleia permanente e estado de greve.



Vendilhões da categoria

Na REDUC, um grupo de trabalhadores, muitos da oposição sindical, resolveu se unir a um grupo de advogados para minerar a empresa, indo contra a Petrobrás e as conquistas do Sindicato, propondo ações que ferem nosso Acordo Coletivo. Um tipo de ação proposta por este grupo é o fim do AHRA em troca do pagamento de Hora Extra do horário da refeição,

querem a troca da comida in natura por Vale Refeição, venda do ATS, da quinta turma e como dizem os vendilhões, vender tudo que pode!

Nocasodatabeladeturno, reivindicam o pagamento da 4ª jornada e da diferença do intervalo mínimo nas folgas. Para isso, utilizaram a lei 5811/72, alegando que para cada 3 jornadas trabalhadas deveria existir 1 (uma) folga, além do

intervalo mínimo de mais 11 horas na folga. Por coincidência, o advogado da Petrobrás, perde prazo na primeira instância e não protocola o recurso. Depois em segunda instância, de novo o advogado da Petrobrás perde prazo. Então transitou em julgado e veio a execução, com cálculos milionários.

Só um trabalhador receberia R\$ 3 milhões, mas enquanto se fazia cálculos,

o gerente amigo começou a pagar o quarto dia e o intervalo mínimo da folga para estes trabalhadores. Sem aplicar a lei, 3x1, continuou aplicando o mais benéfico que era o ACT 3x2.

Só agora resolveram aplicar para estes trabalhadores a lei e parar de pagar Hora Extra. Estranhamente agora, querem aplicar isto para todo o Regime de Turno, prejudicando toda a categoria.

Privataria é com Supremo e com tudo. A luta é nas ruas

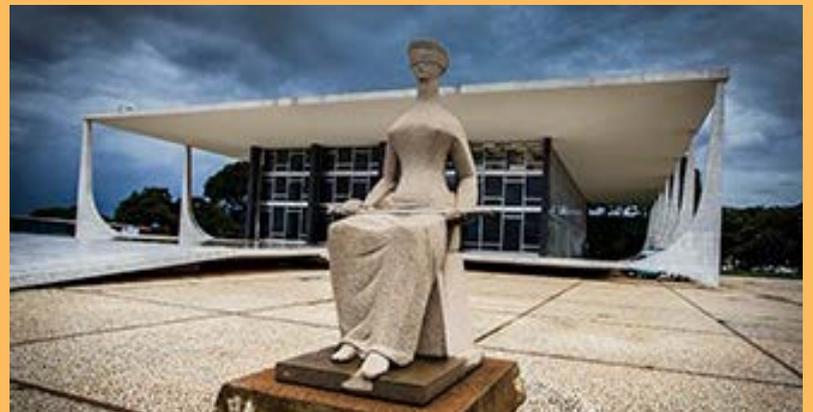
[FUP]

Ao permitir a venda de todas as subsidiárias de estatais, sem necessidade de licitação ou autorização prévia do poder legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) dá sequência ao “grande acordo” de 2016, “com Supremo, com tudo”, que resultou no impeachment arbitrário da presidenta Dilma Rousseff e no caos institucional, que mergulhou o país em uma crise sem precedentes.

Se subsidiárias e ativos estratégicos da Petrobrás, como refinarias, dutos e campos de petróleo, já estavam sendo vendidos à revelia da decisão liminar do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, imagine agora, “com o Supremo, com tudo”?

Não por acaso, o presidente da petrolífera, Roberto Castello Branco (e todo o alto escalão da empresa) acompanhou pessoalmente as sessões do julgamento do STF, frente a frente com os ministros do Tribunal, na primeira fileira do plenário. Na saída, ele comemorou a decisão do Supremo, afirmando que foi “um dia muito feliz, uma grande vitória para o Brasil”.

Sua felicidade soa como alívio, diante dos compromissos assumidos com o mercado e as multinacionais. O feirão das estatais, que já estava a pleno vapor, agora se institucionalizou de vez com a liberação do STF para vender as subsidiárias, sem respeito às exigências legais. Só na Petrobrás, são 35 subsidiárias, entre elas a Transportadora Associada de Gás (TAG),



cuja venda já havia sido concluída em abril, a Araucária Nitrogenados (Fafen-PR), a Unidade de Fertilizantes do Mato Grosso do Sul, a Liquigás e a BR Distribuidora, que estão em processo de entrega.

Como a FUP vem alertando desde o golpe de 2016, cabe aos trabalhadores e à sociedade civil organizada defender o patrimônio público e a soberania nacional. A principal luta a ser travada é nas ruas, lado a lado com o povo, fazendo a disputa sobre a importância de

empresas estatais, como a Petrobrás para um projeto nacional de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Os petroleiros sabem que estão diante de uma luta de classes e que o ataque é ideológico. Por isso, a categoria rejeitou por unanimidade a proposta da gestão da Petrobrás de desmonte do Acordo Coletivo de Trabalho, que pavimentava o caminho para a privatização, e aprovou estado de greve e paralisações no dia 14 de junho, durante a greve geral.